

Pesquisa

Maioria dos parlamentares é contra tributação de salários

Da Redação da Folha

Entre as decisões do Congresso constituinte que podem alterar a vida concreta dos cidadãos está a de não taxar mais os salários. Para a maior parte (44%) dos parlamentares entrevistados pelo DataFolha os salários não devem ser tributados. Apenas 29% posicionaram-se a favor da tributação, enquanto uma parcela (24%) adotou uma posição intermediária, defendendo a tributação a partir de certos patamares. Resta saber se essa disposição se transformará em texto constitucional.



Parece certo, em todo caso, que a nova Constituição limitará o poder do Executivo para alterar as regras do jogo econômico. Entre as teses que contam com maioria consagrada na pesquisa está a rejeição ao decreto-lei. O fim do decreto-lei contaria com o apoio de 82% dos constituintes. Observa-se uma tendência a fortalecer o papel do Legislativo.

Perfil

É até certo ponto surpreendente, nesse contexto, o fato de que 53% dos parlamentares se tenham pronunciado favoravelmente a um referendo popular para aprovar a nova Carta, após esta ser elaborada pelo Congresso constituinte, mas isso pode ser explicado pelo perfil político-ideológico que a pesquisa revela.

Perguntados sobre seu posicionamento ideológico a maior parte (40%) dos constituintes respondeu ser de centro-esquerda. Centro-esquerda parece ser o rótulo da moda no mundo político brasileiro. O centro "puro" também não está mal cotado: 36% autodefiniram-se nessa posição. As palavras malditas são "direita" e "extrema-esquerda", com 1% cada.

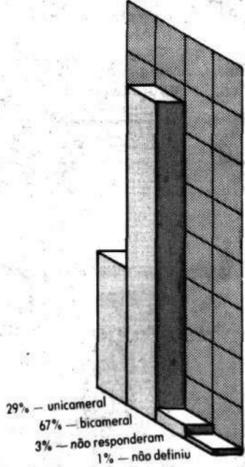
A grande maioria desses centro-esquerdistas e centristas deve apoiar o governo Sarney. Quando perguntados, se autodefinem como de situação 65% dos entrevistados; 83% dos parlamentares do PMDB e 79% do PFL se consideram "situação". Todos os constituintes do PDT, PT, PC do B e PSB disseram-se de oposição.



BICAMERALISMO

A extinção do Senado, com consequente transformação do atual Legislativo bicameral em unicameral, dificilmente será aprovada na nova Carta. Apenas 29% dos parlamentares defendem essa tese, contra 67% favoráveis à manutenção da atual estrutura do Legislativo. O PT (93%) e o PCB (67%) defendem majoritariamente o unicameralismo. No PMDB, esse número chega aos 31%, caindo para 11% entre os pefelistas.

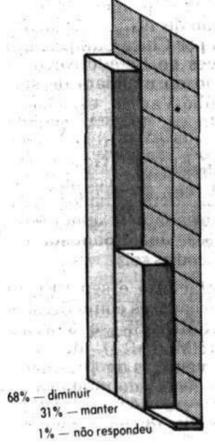
O(a) Sr (a) defende o Legislativo unicameral ou bicameral?



MAIORIDADE AOS 18 ANOS

A maioria civil, que atualmente é alcançada aos 21 anos, deve ser reduzida na opinião de 68% dos parlamentares. 57% defendem sua redução para 18 anos. Defendem a manutenção da idade atual 31% dos constituintes. A maioria dos constituintes (64%) quer a manutenção da maioria penal aos 18 anos, como prevê a atual Constituição. Quanto à idade mínima exigida para o direito ao voto, 52% parlamentares são contrários à redução de 18 para 16 anos, contra 45% favoráveis à proposta.

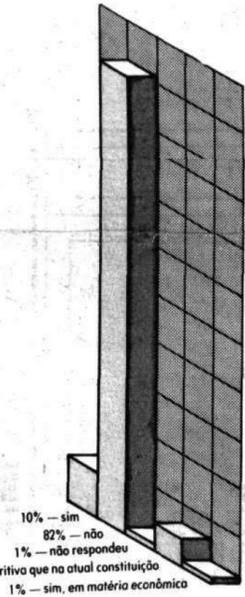
Hoje a maioria civil é alcançada aos 21 anos. O (a) sr (a) é a favor de diminuir, aumentar ou manter esta idade?



FIM DO DECRETO-LEI

A grande maioria dos parlamentares (82%) é contra a edição de decretos-leis pelo Executivo. Apenas 10% defendem a medida e 6% são favoráveis a ela com restrições. Entre os peemedebistas, 84% são contrários à edição de decretos-leis. Entre os peemedebistas, 84% são contrários à edição de decretos-leis.

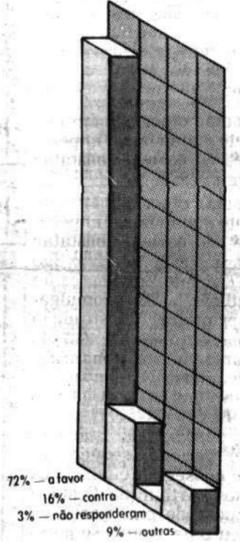
O(a) sr(a) é a favor que o Executivo edite decretos-leis?



ENSINO SUPERIOR GRATUITO

O ensino superior deve ser público e gratuito para 72% dos constituintes. Apenas 16% manifestam-se contrários a esta tese. Entre os peemedebistas, o índice de aprovação do ensino público e gratuito chega a 78%, caindo para 58% entre os pefelistas.

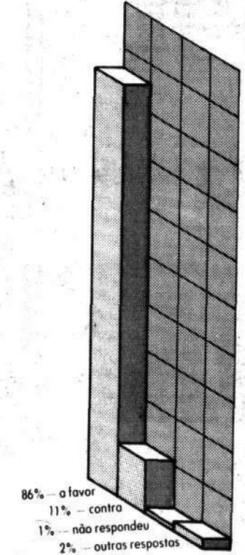
O(a) sr(a) é a favor ou contra que o ensino superior deva ser uma atividade pública e gratuita?



VOTO PARA CABOS E SOLDADOS

O direito de voto deveria ser estendido a cabos e soldados, de acordo com 86% dos constituintes. Essa é a posição de 100% das bancadas do PDT, PT, PL, PCB e PC do B. Entre os peemedebistas chega a 87% e cai para 79% entre os pefelistas.

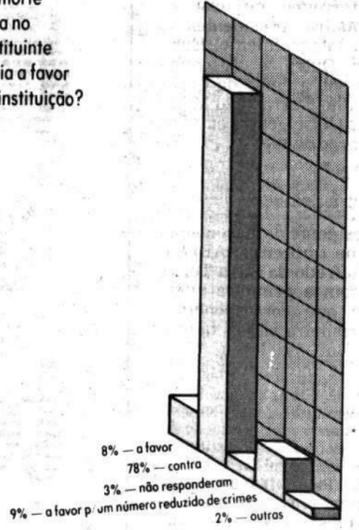
O(a) sr(a) é a favor ou contra que soldados, cabos e marinheiros tenham direito a voto como os demais cidadãos?



PENA DE MORTE

A pena de morte é reprovada por 78% dos parlamentares; 8% deles manifestam-se a favor dela e outros 9% defendem com restrições a sua aplicação. Entre as bancadas do PDS e PTB aparece o menor número de parlamentares contrários à aplicação da pena: 50% entre os pedessistas e 47% entre os petebistas.

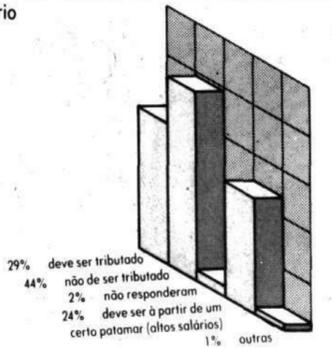
Caso a pena de morte venha ser votada no Congresso Constituinte o (a) sr (a) votaria a favor ou contra sua instituição?



TRIBUTAÇÃO DE SALÁRIOS

Para 44% dos constituintes o salário não deve ser tributado e outros 24% defendem a tributação a partir de um certo valor. Manifestaram-se favoráveis à tributação 29% dos parlamentares.

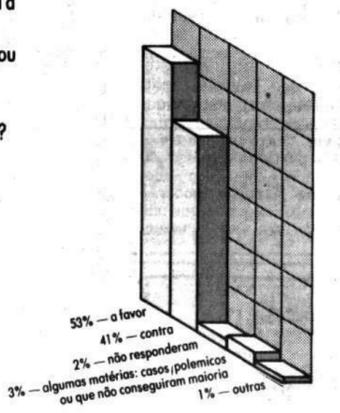
Na sua opinião, salário deve ou não ser tributado?



REFERENDO POPULAR

Se depender da vontade individual de 53% dos constituintes, pelo que declararam aos entrevistadores, a nova Carta será submetida ao referendo popular depois de encerrados os trabalhos do Congresso constituinte. Do total de 53% favoráveis ao referendo, a distribuição por bancada é a seguinte: 55% do PMDB, 36% do PFL, 39% do PDS, 80% do PDT, 63% do PTB, 100% do PT, 50% do PL, 60% do PDC, 67% do PCB e 110% do PC do B.

Depois de elaborada a nova Constituição o (a) sr (a) é a favor ou contra que ela seja submetida ao referendum popular?



Fonte: DataFolha